



ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Sustentável e Ambiente

Desenvolvimento e transição paradigmática: contributos para um mapeamento das atitudes sociais dos Madeirenses sobre ambiente

FREITAS, André

Doutorando em Sociologia no ISCTE

CIES-ISCTE

andre.freitas@iscte.pt

Resumo

Tendo como pano de fundo o processo de exponencial crescimento económico que tem pautado a Madeira e as suas decorrentes implicações nas complexas relações ambiente-sociedade, o fio condutor desta pesquisa procura cogitar a modernidade madeirense sob o signo de uma interpretação qualitativa, ou não convencional, do desenvolvimento que coloque a tónica nas suas dimensões humanas e ecológicas. Para tal fito, analisa-se a forma como predisposições e atitudes perante o ambiente se expressam no quadro dos dinamismos implícitos ao processo global de mudança paradigmática, esmiuçado por Dunlap e colegas e pela corrente norte-americana da Nova Ecologia Humana.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Mudança Paradigmática; Atitudes Ambientais.





Introduçãoⁱ

O ritmo da conquista humana sobre o ambiente biofísico foi, ao longo dos séculos, um processo paulatino, quando comparado com o actual exponencial processo de deterioração dos recursos. A relação homem-natureza tem vindo, assim, a revelar-se progressivamente dissimétrica com a capacidade tecnológica do primeiro a ganhar ascendente. Este processo inicia-se, sobretudo, a partir do século XVIII, com o advento da revolução industrial, instalando-se um antropocentrismo pronunciado – próprio do clima social e cultural vigente na época (Catton *et al*, 1978, 1980 e Dunlap 2002) –, herança do período Iluminista, que prossegue como fundador da modernidade.

Conquanto o epíteto, amiúde difundido por entidades oficiais, de «Madeira Nova», ilustre um crescimento económico na Região Autónoma da Madeira (RAM) sustentado por indicadores tradicionais e visíveis inofismáveis, a presente incursão sociológica em torno do fenómeno da modernização ambiciosa indagar as camadas mais profundas do mesmo, interrogando, nomeadamente, se o desenvolvimento, no domínio do tangível, é acompanhado de uma real correspondência no domínio do intangível.

A linha de argumentação prosseguida visa, então, uma compreensão da forma como diferentes comportamentos quotidianos e individuais de protecção do ambiente, se amparam numa «cultura de sustentabilidade» (e.g., Norgaard, 1988, cit. em Lélé, 1991: 615) dos actores sociais, aferida através dos seus sistemas de crenças relativas ao ambiente. Consequentemente, recorrer-se-á ao Novo Paradigma Ecológico pela perspectiva paradigmática que adopta sobre a relação ambiente/sociedade e pela abordagem operatória que possibilita através da Escala NEP (*New Ecological Paradigm Scale*, Dunlap, 2000).

1. Os Valores Ecológicos da População Madeirense

No crepúsculo do precedente milénio, os níveis de desenvolvimento alcançados na RAM, com a substancial ajuda de transferências emanadas dos Quadros Comunitários de Apoio, permitiram recuperar do atraso estrutural, elevando a sua posição relativa no contexto nacional e europeu. Segundo dados da Direcção Regional de Estatística, em 1990, o *PIB per capita* da Região era de 41,1% da média comunitária, representando em 2000, 82% desse mesmo referencial e 119% da média nacional. O *PIB per capita* regional duplicou, então, o seu posicionamento relativo o que guinda a RAM à segunda posição entre as regiões do país com um PIB mais elevado, em 2001, atrás de Lisboa e Vale do Tejo.

Todavia, a gradual redução dos subsídios comunitários, decorrente da alteração do estatuto região de «Objectivo I», admite que se cultive a convergência dos trâmites qualitativos, potenciadores de uma cultura de sustentabilidade, caracterizada por uma crescente consciencialização ambiental que, defendem Dunlap e colegas, arrastará consigo novas respostas comportamentais e novas posturas amparadas em valores mais respeitosos para com o ambiente.

Para tal desígnio há que inflectir crenças enraizadas na matriz ocidental da relação utilitarista com a natureza e com os recursos, pelo que se exuma, em seguida, os resultados que permitem compreender em que medida os novos valores do NEP se instalam na sociedade madeirenseⁱⁱ:

i) Vislumbra-se uma profusa dispersão nas respostas dos inquiridos pelos vários graus de concordância/discordância na questão *o planeta Terra já quase não consegue suportar todos os seres humanos que nele vivem*: 43,9% dos inquiridos discordam totalmente ou tendem a discordar que a capacidade de carga do planeta se encontre próxima de saturação; ao passo que os restantes 56,1% concordam moderada ou totalmente com a afirmação;

ii) No que à dimensão dos limites do crescimento diz respeito, e adoptando uma matriz predominantemente ocidental assente na crença de que os recursos naturais são inexauríveis, os inquiridos demonstram adoptar dilatadas reservas em relação à finitude dos recursos naturais. Com efeito, 77,6% dos inquiridos



consideram que o planeta Terra será sempre abundante em recursos naturais se soubermos utilizá-los bem e sensivelmente três quartos da população inquirida (73,8%) assume que o planeta comporta espaço e recursos ilimitados;

iii) Os inquiridos convergem, largamente, na ideia de equidade biótica (99,3%). Tendências mais híbridas podem ser identificadas nas representações acerca da presumível prerrogativa de que o homem será investido, o que lhe permitirá modificar a natureza de acordo com as suas necessidades – 39% dos indivíduos reclamam este direito – e no controlo e domínio «natural» que o homem imprimirá a uma natureza subjugada – 41,2% dos inquiridos corroboram esta posição que se centra no ideal positivista de progresso ininterrupto e galvanizante da humanidade;

iv) Em relação aos limites do equilíbrio ecológico, 95,1% dos indivíduos auscultados reconhecem que as intervenções humanas sobre a natureza têm muitas vezes consequências desastrosas; 79,9% granjeiam cepticismo em relação à capacidade regeneradora da natureza face aos efeitos negativos da industrialização; e 91,7% subscrevem desassossego para com o delicado equilíbrio da natureza;

v) A população madeirense mostra-se fragmentada quando questionada sobre se algumas pessoas têm exagerado muito a ideia de que a humanidade enfrenta “uma crise ecológica”: 48,7% dos indivíduos crêem que se têm exagerado a crise ecológica, contra os restantes 51,3% que não acham que se esteja a empolar essa ideia catastrofista;

Panoramicamente, deslinda-se uma sugestiva conexão entre as características geomorfológicas, mormente as da ilha da Madeira, propícias a recorrentes catástrofes naturais tais como derrocadas ou aluviões, e um pendor predominantemente pró-NEP na dimensão da «fragilidade do equilíbrio ecológico» (cuja média de 3,40, acoplada a uma baixa dispersão, é um sintoma do consenso que grassa em torno desta dimensão) e na dimensão «possibilidade de crise ecológica» (média de 3,14). Tais valores aludem à efervescente consciência, reminiscências de que a própria identidade regional é tributária, de um profundo e secular domínio sobre uma natureza moldada pela população da Região e que explica uma muito significativa relutância manifestada no reconhecimento de «limites ao crescimento» (média de 2,44), passíveis de enquistar o progresso social.

2. Madeirenses e Ambiente – Da Topologia à Tipologia

Com o intuito de traçar distintas atitudes ambientais através de um conjunto de elementos caracterizadores dos inquiridos, situáveis no plano da fenomenologia sociográfica, dos valores e das predisposições para a acção (no que à dimensão individual diz respeito), a presente análise converge para uma interpretação tipológica da configuração topológica do espaço social através de uma análise de homogeneidade ao caleidoscópio de categorias representadas no plano da Homals. A análise de homogeneidade procura rastrear e espelhar a estrutura multidimensional do espaço social de partida o que poderá ajudar a compreender como se diferenciam os madeirenses no contexto da mudança paradigmática.

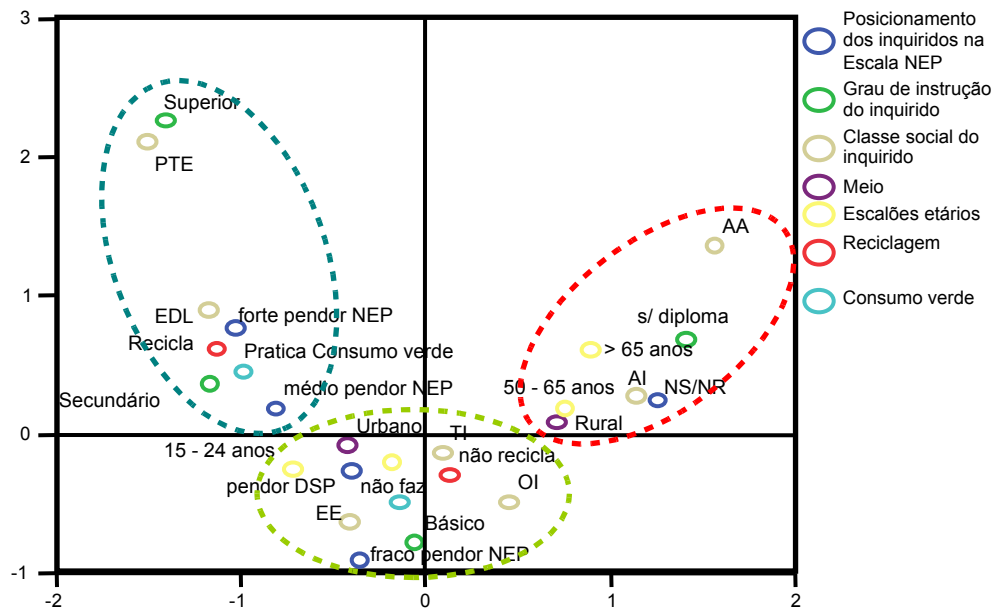


Figura 1 – Configuração do espaço social

Entre os perfis distintos que avultam deste plano bidimensional é possível observar um grupo no segundo quadrante composto pelos indivíduos de classes sociais munidas de maior capital social; mais instruídos (com o ensino superior, ou secundário); de traços urbanos; e mais permeáveis aos novos valores ecológicos (é notória a tendência para as categorias cimeiras do índice NEP). Este grupo distingue-se ainda pela sua juventude, o que se compreende na medida em que os indivíduos mais jovens e mais escolarizados tendem a estar mais expostos à informação ambiental e a serem capazes de assimilar melhor a perspectiva ecológica implícita no NEP. Emerge, assim, um público mais «reflexivo», mais atento aos dilemas subjacentes à dialéctica Homem/Natureza. Esta observação alude, ainda, à díspar distribuição de ferramentas cognitivas, de que os inquiridos mais escolarizados estarão preferencialmente dotados, capazes de dar resposta ao nível de abstracção exigido pela Escala NEP, matéria presumivelmente abstrusa para os indivíduos mais leigos.

Altos níveis de adesão aos valores ecológicos, que a literatura toma como orientadores das práticas, germinam consonantes práticas benignas para com o ambiente, sendo entre os inquiridos que partilham uma visão mais próxima do novo paradigma ecológico que parece brotar uma mais pujante adesão à separação do vidro, papel e embalagens, sendo irremediavelmente mais frequente a aquisição de produtos verdes. A este sector, o que mais integra a preocupação com os problemas ambientais na sua vivência quotidiana, destacando-se na promoção da qualidade do ambiente, atribuiu-se a denominação de «Activos».

Envolvidos por uma cercadura situada no primeiro quadrante, e baptizados como «Indiferentes», encontram-se os inquiridos oriundos de meios rurais; comparativamente mais velhos (> 65 anos); registando uma frequência nula nas categorias mais elevadas do índice de escolaridade; que têm na agricultura a sua principal fonte de rendimentos (AIⁱⁱⁱ e AA); e que, quando questionados sobre a Escala NEP, tendem a escudar-se na zona «cinzenta» que o item NS/NR consubstancia. Podem, assim, ser retratados, em larga medida, pelo escasso interesse, conhecimento ou envolvimento no exercício de práticas de defesa ambiental e pelo largo espectro de «não-respostas» à Escala NEP que merecem um sublinhado especial pois estas, longe de se distribuírem de forma avulsa, constituem um elemento fracturante, relacionando-se umbilicalmente com baixos níveis de escolaridade.



As práticas da reciclagem e do consumo verde, altamente volúveis consoante a classe social e escolaridade, adquirem a sua menor expressão neste sector social que, por conseguinte, tende a privilegiar o bem-estar individual à custa das dimensões colectivas e ambientais, exprimindo uma tendência ainda largamente dominante de desenvolvimento de cima para baixo, do centro para as periferias e das elites para as massas com as consequências nocivas na participação na *res pública* que isso acarreta, nomeadamente a delegação das decisões em matéria ambiental.

Inseridos no grupo onde se colocou uma cercadura situada no sopé do plano, predominam os inquiridos EE, TI e OI; residentes em meios urbanos; jovens (15-24 ou 25 a 49 anos); sendo os que mais se identificam com os princípios do paradigma da isentabilidade humana (fraco pendor NEP) assumem uma posição que, na esteira do que tem vindo a ser defendido por Dunlap e colegas, se pode designar como tendencialmente antropocêntrica (sobretudo se comparada com as posições dos inquiridos situados no segundo quadrante); conseqüentemente, como não tendem a reciclar nem a incluir no seu carrinho de compras produtos verdes, foram cognominados como os indivíduos «Passivos».

Todavia, enquanto os dois perfis sociais precedentes se situam num quadrante específico, o que significa que representam conjuntos sociais assaz distintivos, as atitudes «passivas» – representantes do tecido social intermédio – distribuem-se por dois quadrantes. Destarte, apesar de haver contiguidade social entre as categorias que encorpam este grupo, avulta uma idiossincrasia de que importa dar conta: à gradação do terceiro para o quarto quadrante, dinâmicas socioprofissionais e escolares tendem a cercear as atitudes ambientais dos indivíduos (e.g., entre as designadas classes médias – TI e EE – são os estratos sociais assalariados aqueles que apresentam uma postura mais ecológica).

Globalmente, pode-se destringir, a partir da leitura das diferentes configurações coexistentes no mesmo espaço, «perfis sociais contrastantes» no que aos valores ecológicos e subseqüentes práticas ambientais diz respeito. Este contraste é tributário de esferas distintas e distintivas, onde as suas influências se fazem sentir predominantemente, como sejam a classe social, a escolaridade, o meio social e a composição etária.

Ancorados a contextos sociais distintos e distintivos, que se constituem como experiências socializadoras, as faixas etárias mais jovens, as classes altas assalariadas, ou por conta própria, pertencentes aos grupos profissionais superiores ou com actividades profissionais técnicas e de enquadramento, com graus de escolaridade mais elevados e residentes em meios urbanos parecem constituir um exemplo paradigmático de um “abandono progressivo da tradicional, consumista e utilitarista perspectiva da natureza” (Lima *et al*, 2004: 113), propensa a ignorar as decorrentes implicações ambientais da acção humana e de uma progressiva afirmação e reforço de novas atitudes e novos valores ecológicos que tendem a emergir como resposta nuclear para superar qualitativa e positivamente não só o quadro actual da nossa relação com a questão ambiental, como para reclamar uma intervenção mais diligente na gestão dos riscos resultantes do desenvolvimento industrial e tecnológico (e.g., Beck, 1992).

Balanço Final

Em 2000, à data da entrada em vigor do Plano Regional de Política de Ambiente (2000-2006), móbil da gestão ambiental, a RAM encontra-se “a concluir um ciclo de infra-estruturação e equipamentos básicos, mercê do esforço de investimento nos últimos anos, e que transformou, de forma considerável, as condições de vida dos Madeirenses” (AAVV, 2000: 4). Porém, como o crescimento económico não é condição suficiente para que se verifique desenvolvimento, o referido plano preconiza que “a população residente deve ser a primeira e privilegiada destinatária da política de ambiente” (Correia *et al*, 2000: 4). Imisso em ambas as assunções reside o escopo de que a esta primeira fase de edificação de estruturas e infra-estruturas de cariz estruturante, se acompanhe, amplexivamente, a componente intangível do processo de desenvolvimento, disseminadora de imensuráveis benefícios.

Todavia, a combinatória entre o segundo mais elevado PIB *per capita* nacional com uma pouco auspiciosa segunda maior taxa de analfabetismo, a nível nacional (segundo dados do INE para 2001), alude à



coexistência de marcas estruturais de crescimento e traços que, pelo contrário, se podem considerar resultarem de uma modernidade inacabada ou parcelar onde persiste alguma descontinuidade entre a díade natureza e sociedade, ou seja, a percepção da natureza como uma entidade externa ao homem com a qual este não se relaciona nem depende para a sua existência. Sabe-se como esta descontinuidade se subordina, profusamente, à reflexividade social e à literacia prevalectante em cada região pois, através das componentes formativa e informativa, a escolaridade concorre para o aumento da inteligibilidade das questões ambientais, não raramente surtindo um maior envolvimento nas questões sociais e ecológicas “glocais” (Amaro *et al*, 1992).

Da análise das dimensões da Escala NEP apurou-se que, não obstante o reconhecimento da fragilidade dos equilíbrios ecológicos, a população madeirense, fruindo de um optimismo falacioso, inerente ao paradigma tecnologicamente optimista, ou porventura de alguma imaturidade ecológica, decorrente da tangibilidade do processo de modernidade que conduziu, num plano macroeconómico, à edificação de uma «Madeira Nova», parece aceitar, ou pelo menos não reconhecer, os custos ambientais do crescimento económico que têm pautado a região nos últimos anos. Imbuído no património cognitivo dos madeirenses, grassa a crença de que o progresso social deve ser avaliado em termos de dominação sobre a natureza. A este respeito não será alheio o facto de o arquipélago ser a única região do país destituída da importante figura jurídica do POOC, disciplinadora da exploração dos ecossistemas costeiros. A perspectiva da isentabilidade humana, assente na ideia de que o ritmo de crescimento económico e o progresso não são ameaçados por quaisquer constrangimentos ecológicos, matiza uma transição paradigmática que segue processando-se envolta em expressivas dubiedades.

Emulam-se, então, duas perspectivas de encarar as relações sociedade/ambiente que resultam do facto de o processo de modernidade madeirense depender, por um lado, da exploração das frágeis componentes bióticas e abióticas dos ecossistema envolventes para se desenvolver, enquanto, por outro lado, poder, com o agravamento insustentável da exploração de recursos naturais a que alguns nichos da população, aparentemente desprovidos de cultura ambiental, vêm dando consentimento, corroer a própria base de sustentação do crescimento económico.

Como se teve oportunidade de bispar, nas variáveis sociográficas, matrizes estruturadoras de princípios organizadores básicos dos sistemas de disposições onde se fertilizam as estratégias e orientações de vida, discrimina-se, em boa parte, a visão que os indivíduos têm sobre os equilíbrios ecológicos e, por conseguinte, as atitudes ambientais destes. Os actores sociais incorporam nos seus quadros de valores e práticas as próprias condições objectivas em que vivem, pelo que disso resulta que o favorecimento de determinadas crenças e valores, como as que se encontram expressas na Escala NEP, não é arbitrário. Com efeito, decorrente do seu *habitus* de classe – para usar a terminologia de Bourdieu (1979) – a relação da sociedade com o seu substrato biofísico está inscrita nas circunstâncias geográficas e no espaço de vida dos grupos sociais.

Atente-se que estas avaliações cognitivas e sistemas de disposições foram aqui consideradas, simultaneamente, como variáveis dependentes, compreendidas por via das condições sociais em que surgem, e independentes, enquadrando práticas sociais. Do ponto de vista sociológico, a proposta paradigmática e operatória de Dunlap e colegas constitui, por conseguinte, uma estrutura (de crenças ecológicas) estruturada (pelas relações que se estabelecem no tecido sócio-económico e sócio-profissional) estruturante (de atitudes e comportamentos ambientais), que concorre com importantes aportes para a análise das atitudes ambientais, “enquanto articulação entre valores e orientação para a acção” (Almeida, 2004: 337).

Em suma, a sociogénese da Escala NEP – aqui entendida enquanto um conjunto de princípios geradores de tomadas de posição relativamente às relações homem/ambiente, que se inscrevem numa combinatória de elementos de fenomenologia sociográfica dos indivíduos – sugere que, entre os diversos actores cujas acções têm implicações no ambiente, assomam «protagonismos sociais contrastantes».



Por conseguinte, fará sentido questionar se a natureza intrageracional do desenvolvimento sustentável se harmoniza com tais cenários contrastantes. Na realidade, se já se vai introduzindo na agenda política o imperativo de deixar idênticos níveis de *stocks* de capitais para as gerações vindouras, olvida-se, amiúde, que esses *stocks* são apropriados de maneira diferente num tecido social onde as oportunidades e recursos se encontram desproporcionalmente distribuídos. Esse desajustamento, patente nas modalidades distintas propostas, atenta ao facto de que a cidadania ambiental, pedra de toque da democracia participativa, está muito longe de constituir uma realidade isotrópica. Destarte, obviar as vulnerabilidades decorrentes da sangria intrageracional do processo de desenvolvimento constitui um desafio político à prática do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica, porquanto o fomento da democracia participativa reclama que se trabalhe colectivamente em processos políticos mais inclusivos e convergentes que permitam e inoculem uma participação genuína de todos os cidadãos dando sequência aos desideratos da *convenção de Aarhus*, em vigor em Portugal desde 2001.

Longe de constituírem a panaceia para a galvanizante degradação ambiental da hodiernidade, importa, todavia, incubar políticas de ambiente mais preventivas e menos reactivas apontando programas de educação e informação ambiental especificamente para os grupos que se mostram mais carecidos de sensibilidade ambiental – propiciando assim o princípio da equidade que prevê um tratamento diferenciado para situações também elas desiguais – aglutinando, progressivamente, todas as forças sociais num quadro amplexivo de partilha de responsabilidades, mas também de benefícios, rumo a formas mais integradas, participadas e sustentáveis de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- AAVV (2000), *Madeira – Recursos Para um Novo Ciclo de Desenvolvimento*, Sociedade e Território, nº32.
- Amaro, Rogério Roque, Maria Clementina Henriques e Maria Teresa Vaz (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Lisboa, ISCTE.
- Almeida, J. Ferreira (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre Ambiente*, Oeiras, Celta e Observa.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards s New Modernity*, London, Sage Publications.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.
- Catton, William, e Riley Dunlap (1978), “Environmental Sociology: A New Paradigm”, *The American Sociologist*, vol.13, pp. 41-49.
- Catton, William, e Riley Dunlap (1980), “A new ecological paradigm for post-exuberant sociology”, *American Behavioral Scientist*, 24 (1), pp. 15-47.
- Correia, Francisco Nunes e J. M. Melim Mendes (Coord’s.) (2000), *Plano Regional da Política de Ambiente – Opções Estratégicas e Medidas de Intervenção*.
- Dunlap, Riley, *et al*, (2000), “Measuring Endorsement of The New Ecological Paradigm: A Revised NEP Scale”, *Journal of Social Issues*, Vol. 56, No. 3, pp. 425-442.
- Dunlap, Riley (2002), *The Coming of Age of Environmental Sociology: An American Perspective*, EUROPAEA – Journal of Europeanists, 1-2/ Anno VIII, 2002, pp. 25-40
- Lélé, S. M., (1991), “Sustainable Development: A Critical Review”, *World Development*, vol. 19, nº6, pp.607-621.
- Lima, Aida Valadas e João Guerra (2004), “Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus”, em Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (orgs.), *Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, ICS.

ⁱ Esta comunicação releva, ainda que parcelarmente, os resultados do trabalho de investigação dado à estampa na revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 54, sob o título “Desenvolvimento e Mudança Paradigmática na Madeira: Atitudes Sociais sobre Ambiente”.

ⁱⁱ Este trabalho adoptou, como objecto empírico, uma amostra representativa, escolhida por métodos aleatórios, composta por 367 indivíduos com residência habitual na Região Autónoma da Madeira, e que exprime uma circunscrição dos dados levantados pela equipa do OBSERVA (Ambiente, Sociedade e Opinião Pública) – que corporizou a obra *II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente* (2004).

ⁱⁱⁱ As especificações de pertença de classe reportáveis directamente aos indivíduos, aqui operacionalizadas pela tipologia ACM – Almeida, Costa e Machado – (Almeida, 2004: 388) desdobram-se em sete categorias, a saber: os Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL); Profissionais, Técnicos e de Enquadramento (PTE); Trabalhadores Independentes (TI); Agricultores Independentes (AI); Empregados Executantes (EE); Operários Industriais (OI); e os Assalariados Agrícolas (AA).